

A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO LOCALIZADAS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE LITORAL SUL DA BAHIA: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS

THE CONSTRUCTION OF THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT OF COUNTRY SCHOOLS LOCATED IN THE MUNICIPALITIES OF THE SOUTH COAST IDENTITY TERRITORY OF BAHIA: THEORETICAL-PRACTICAL CONTRIBUTIONS

Edjaldo Vieira dos Santos¹
Arlete Ramos dos Santos²

Resumo

Este artigo apresenta o recorte de uma pesquisa que tem como objetivo refletir sobre o processo coletivo de construção do Projeto Político-Pedagógico para as escolas do campo e escolas da cidade que recebem alunos do campo e apresentar sugestões para as possíveis condições necessárias à sua efetivação no âmbito destas. A pesquisa centrou na seguinte indagação: Como deve ser o processo de construção do PPP da escola do campo ou da cidade que recebe alunos do campo? A pesquisa tem caráter descritiva e exploratória, tendo como método de análise o Materialismo Histórico-Dialético (MHD). A metodologia utilizada envolveu a pesquisa bibliográfica, materiais de web sites, artigos científicos, dissertações de mestrados e teses de doutorados, análises documentais como decretos, leis, portarias, dados coletados por meio da entrevista semiestruturada e técnica de grupo focal. O lócus da pesquisa são os municípios de Barro Preto, Itabuna, Itajuípe, Jussari e São José da Vitória, todos na Bahia. A pesquisa revelou que o processo de elaboração do PPP, embora seja complexo, ao mesmo tempo é inovador e emancipatório, pois este processo, se desenvolvido de forma participativa, coletiva, descentralizada oportuniza um aprendizado significativo para os envolvidos no estudo e na efetivação deste instrumento de gestão democrática. A sua relevância está na mobilização dos principais atores envolvidos na busca de alternativas para alcançar a construção da identidade, da autonomia da escola, de suas relações com o cotidiano da comunidade e o sucesso escolar.

Palavras-chave: educação do campo; trabalho coletivo; projeto político-pedagógico.

Abstract

This article presents an excerpt from a research that aims to reflect on the collective process of building the Political-Pedagogical Project for rural schools and city

1 Professor efetivo da Educação Básica nos municípios de Itabuna e São José da Vitória-Bahia. Mestre do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Educação Básica Mestrado Profissional-PPGE/UESC-2022. Coordenador territorial do Programa de Formação de Educadores do Campo (FORMACAMPO-UESB/UESC);. E-mail: edjaldov@gmail.com

2 Professora do PPGED/UESC e do PPGED/UESB; Coordenadora do Grupo de Estudos Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo - Gepemdec/CNPq Pós-doutorado em Movimentos sociais e Educação~pela UNESP; Doutorado em Educação pela FAE/UFMG; Profa. Adjunta da UESC

schools that receive students from the countryside and present suggestions for the possible conditions necessary for its implementation in the scope of these. The research focused on the following question: What should the PPP construction process be like for rural or city schools that receive rural students? The research has a descriptive and exploratory character, using Historical-Dialectic Materialism (MHD) as its method of analysis. The methodology used involved bibliographical research, website materials, scientific articles, master's dissertations and doctoral theses, documentary analysis such as decrees, laws, ordinances, data collected through semi-structured interviews and focus group techniques. The locus of the research is the municipalities of Barro Preto, Itabuna, Itajuípe, Jussari and São José da Vitória, all in Bahia. The research revealed that the process of preparing the PPP, although complex, is at the same time innovative and emancipatory, as this process, if developed in a participatory, collective, decentralized way, provides significant learning opportunities for those involved in the study and implementation of this instrument. of democratic management. Its relevance lies in the mobilization of the main actors involved in the search for alternatives to achieve the construction of identity, school autonomy, its relationships with the daily life of the community and school success.

Keywords: rural education; collective work; political-pedagogical project.

Introdução

Não vou sair do campo
Pra poder ir pra escola
Educação do campo
É direito e não esmola

(Não vou sair do campo, Gilvan dos Santos)

Inspirados pela música de Gilvan dos Santos na epígrafe, vamos situar os sujeitos do campo e traçar os fios do conhecimento que vão esboçar os elementos constitutivos do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas do campo ou da cidade que acolhem os discentes camponeses.

Pensar acerca do PPP significa pensar sobre o papel da escola e sobre que sujeitos deseja formar, porque ele é um documento pautado nos princípios da gestão democrática e na formação humana que outorga à escola a possibilidade de decidir sobre o seu modelo de gestão. O PPP da escola retrata a sua identidade. Ele é um documento resultante do processo da ação-reflexão-ação, no qual será um trabalho de construção e reconstrução que exige a participação de todos os representantes que fazem parte da comunidade escolar. Estes precisam ter consciência da importância e da necessidade desse documento na organização do trabalho pedagógico das escolas do campo ou da cidade que recebem alunos do campo.

O PPP é um instrumento de organização e de consolidação das intencionalidades do trabalho pedagógico a ser desenvolvido em cada

escola, portanto, é um documento que deve ser construído de forma participativa. Como diz Veiga, (1998, p. 09), “o projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo”. O PPP é a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. É um documento que deve ser delineado, discutido e assumido coletivamente quando feito por uma gestão democrática, cujo processo de elaboração tem sua essência na coletividade, no diálogo e na participação da comunidade escolar.

Este estudo pretende discutir e refletir sobre o processo de construção coletivo do Projeto Político-Pedagógico das escolas localizadas no campo, no Território de Identidade Litoral Sul da Bahia, e apresentar sugestões para a elaboração, assim como as possíveis condições necessárias para a sua implementação no âmbito das escolas. Diante do exposto, elegemos como questão de pesquisa: Como deve ser o processo de construção do PPP da escola do campo ou da cidade que recebe alunos do campo?

O texto está estruturado em seções, sendo que a primeira parte do texto aborda o Projeto Político-Pedagógico pautado nos princípios da Educação do Campo; num segundo momento, apresenta o contexto da pesquisa, com um breve panorama do Território de Identidade da região Litoral Sul da Bahia. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos utilizados durante o desenvolvimento do estudo; a quarta seção aborda a análise e discussão dos resultados da pesquisa realizada através da análise de documentos e das entrevistas semiestruturadas. Finaliza com as experiências desenvolvidas pelos municípios que consolidaram os seus PPP por meio das ações do Programa de Formação de Professores do Campo – Formacampo³.

Projeto político-pedagógico das Escolas do Campo: Pressupostos Subjacentes

Problematizamos o PPP e as escolas do campo, anunciando o que preconizam as Diretrizes operacionais para escolas do campo conforme se verifica:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e

³ Disponível em: http://www2.uesb.br/gepemdecc/?page_id=303. O Programa Formação de educadores do Campo (Formacampo) tem como objetivo central realizar atividades de extensão, por meio da formação continuada dos profissionais que atuam na educação do campo, em escolas dos municípios dos territórios de identidade situados na área de abrangência da UESB.

saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (Brasil, 2002, p. 32).

Como propõe o artigo 4º da Resolução CNE/CEB nº 1/2002, é fundamental que o projeto político-pedagógico (PPP) tenha em sua essência os saberes e os fazeres do campo como eixos orientadores, para a efetiva e eficiente construção e da identidade da escola do campo (Brasil, 2002). Essa normativa tornou-se referência nas políticas públicas educacionais para as escolas do campo. Ela é um instrumento legal que direciona ações quanto à valorização dos projetos educativos, pois este apresenta como princípio, a defesa de políticas sociais universalistas, rejeitando aquelas de caráter compensatório e assistencialista. Partindo desse princípio, passamos a destacar o PPP e a Escola do Campo.

As Diretrizes operacionais para a Educação do Campo, em consonância com as aspirações dos movimentos sociais do campo estabeleceram como um dos elementos fundamentais a organização das escolas, de acordo com as suas necessidades e com a realidade da qual estão inseridas, em conformidade ou não com o modelo de gestão democrática, contribuindo para a prática pedagógica das instituições de ensino a contemplar a diversidade do campo em todos os seus aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero e etnia, bem como a flexibilização dos tempos e espaços escolares, assegurando, assim, o calendário escolar que considere a configuração do ano letivo independente do ano civil, e que atenda às peculiaridades locais, principalmente no que diz respeito ao período de plantio e colheita. Essa organização favorece princípios da autonomia, bem como tempos e espaços em função do processo ensino-aprendizagem.

O PPP é uma forma de planejamento institucional da escola e orienta a organização do trabalho pedagógico. O início de discussão sobre esse documento se deu no período da redemocratização do Brasil na década de 1980. O termo PPP a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 9394/96, regulamentou o princípio da gestão democrática nas escolas. De acordo com a LDB, as escolas têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica (Inciso I; Art. 12), com a participação dos docentes (Inciso I; Art. 13) e demais profissionais da escola (Inciso I; Art. 14).

O PPP trata de um instrumento de organização e de consolidação das intencionalidades do trabalho pedagógico a ser desenvolvido em cada escola, portanto, é um documento que deve ser construído coletivamente.

O PPP é a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. O seu processo de construção tem sua essência na coletividade, no diálogo, na participação da comunidade escolar.

Na construção de um PPP da Educação do Campo o que não podemos perder jamais é a consciência da luta, porque estamos diante de um grande feito histórico: a possibilidade efetiva dos camponeses assumirem a condição de sujeitos de seu próprio projeto educativo; de aprenderem a pensar seu trabalho, seu lugar, seu país e sua educação. Com base nos princípios da Educação do Campo, enfatizamos a importância de uma reflexão participativa na elaboração do PPP com a comunidade escolar. Nesse sentido,

Não basta ter escolas no campo; queremos ajudar a construir escolas do campo, ou seja, escolas com um projeto político-pedagógico vinculado às causas, aos desafios, aos sonhos, à história e à cultura do povo trabalhador do campo (Fernandes; Cerioli; Caldart, 2004, p. 27).

Dessa forma, o PPP constitui-se o principal documento da escola, isto é, um marco referencial, identitário construído e definido pela e para a comunidade escolar. Em diálogo com a citação exposta pelos autores, estes expressam o sentido e a importância do PPP, um documento que traduz a concepção e a forma de organização do trabalho pedagógico da escola com vistas a pensar numa educação transformadora, redimensionando suas práticas de ensino-aprendizagem no cotidiano do espaço escolar, desvelando as relações entre professores, alunos e escola.

O Decreto Presidencial nº 7.352/10, o qual dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera, assegura no inciso II do Art. 2º:

II - Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho (Brasil, 2010, p. 1).

Nessa perspectiva, o inciso II do Art. 2º do Decreto Federal nº 7.352/2010 é um importante instrumento de orientação para a construção do PPP das escolas do campo, pois estabelece os princípios da Educação

do Campo, tais como o respeito à diversidade, o desenvolvimento de políticas de formação dos profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. Depreende-se que o PPP de uma escola do campo deve apontar uma preocupação com as especificidades do campo, que é necessário a implementação de ações que ampliem e qualifiquem a oferta de Educação do Campo e que essas ações sejam pautadas nos princípios educacionais do campo e no pressuposto de uma escola diferente das escolas tradicionais (capitalistas) rurais, que levam em consideração valores de sua localidade, fomentando a emancipação dos sujeitos, além de apreciar a autonomia, preservando e reconhecendo seu contexto histórico e geográfico, com princípios de cidadania do sujeito camponês.

O PPP é um instrumento de formação e mobilização da escola e da comunidade, e que através de seu processo de elaboração é possível discutir a concepção de campo na Educação do Campo. Este documento não pode se resumir num documento escrito que formaliza as concepções, objetivos, saberes curriculares, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação das escolas camponesas. Ele é um exercício de construção permanente e não pode ser considerado um projeto único para todas as instituições escolares. É um instrumento da gestão democrática que pode até seguir um modelo geral, mas não há como não apontar as especificidades de cada escola, de cada comunidade. Portanto, cada PPP é único, apresenta as características da comunidade e, por ser singular, fortalece sua identidade quando esta participa ativamente do processo de sua elaboração. Nesse sentido, o Projeto Político-Pedagógico

Trata-se sempre de um processo participativo de democratização da escola. Surge na prática, como resultado do compromisso de um grupo que, refletindo sobre a própria prática, se mobiliza para uma ação conjunta a partir de uma solidariedade de preocupações que se materializam em ações comuns num movimento prática-teoria-prática (Garcia, 2006, p. 76).

Dessa forma, o PPP transforma-se em um instrumento da gestão escolar, que possibilitará à construção de uma escola democrática que reúne as ideias e os desejos para a formação do educando. Garcia (2006) expressa o sentido e a importância do PPP implica na construção de um trabalho participativo, uma tarefa que envolve ações e o planejamento individual e coletivo da equipe gestora, professor, aluno e comunidade local, compreendendo os elementos e as discussões reflexivas acerca da concepção e perspectiva está fundamentado.

Para Santos (2022, p. 24), no processo que envolve a construção do PPP numa perspectiva crítica, fundamentado na dialética, alguns questionamentos são fundamentais inicialmente: Qual a importância do PPP para a educação no campo à luz da gestão democrática? O que é a Educação do Campo? Quais são seus fundamentos principais? É possível, por meio do PPP, materializar a concepção de educação que tenha como referência o projeto histórico educacional de formação coerente com a prática pedagógica transformadora?

Para Marx e Engels (2009, p. 32), a essência da concepção materialista da história está na percepção do indivíduo como ser social, consciente e ativo, produtor do seu meio, das suas ideias, das suas representações materiais e imateriais. Portanto, seres históricos determinantes, já que “[...] não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”. Essa concepção promove a compreensão da realidade e o processo histórico-social como totalidade, denotando a força do homem como sujeito da ação humana.

É a partir da transformação que emergem no processo de investigação as possíveis teias históricas envolvendo o sujeito. Neste sentido, não é possível separar e isolá-lo do seu contexto histórico.

A Resolução CNE/CEB nº 07/2010 estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, e normatiza no Art. 20:

§ 1º O Projeto Político-Pedagógico da escola traduz a proposta educativa construída pela comunidade escolar no exercício de sua autonomia, com base nas características dos alunos, nos profissionais e recursos disponíveis, tendo como referência as orientações curriculares nacionais e dos respectivos sistemas de ensino (Brasil, 2010).

O Art. 34 da mesma resolução, consta também que “[...] os sistemas, as redes de ensino e os projetos político-pedagógicos das escolas devem expressar com clareza o que é esperado dos alunos em relação à sua aprendizagem” (Brasil, 2010a). Portanto, é necessário que a escola do campo ou da cidade que recebem os alunos do campo defina e apresente as suas prioridades, objetivos, metas, estratégias e plano de ação, expressando seus princípios e reafirmando a sua identidade, levando em consideração as especificidades, as necessidades e as concepções de sua comunidade. Ademais, o projeto político-pedagógico das escolas do campo deve, antes de tudo, contemplar o que aponta o Art. 5º da Resolução do CNE/CEB 1/2002: o respeito às “diferenças e o direito à igualdade [...]”, contemplando “a diversidade do campo em todos os seus

aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia” (Brasil, 2002).

Ainda nesse sentido, é preciso contemplar também num PPP, o que destaca Caldart (2009, p.54), o “[...] compromisso com a cultura do povo do campo (que implica resgate, conservação e recriação). Portanto, oportunizar que cada um envolvido na organização do trabalho da escola perceba-se como parte desse processo, dessa história”. Caldart aponta também para a luta por políticas públicas que garantam aos povos do campo o acesso universal à educação, “passar a olhar para o jeito de educar quem é esse sujeito de direito, de modo a construir uma qualidade de educação que forme as pessoas capazes de fazer a luta permanente pela sua conquista” (2004, p. 23). Nesta perspectiva, lutar pela superação da antinomia rural e urbano, e a superação da visão do campo como lugar do atraso.

Os participantes de nosso estudo são cinco gestores, cinco coordenadores e vinte professores das escolas do campo localizadas nos municípios do Território de Identidade do Litoral Sul da Bahia. Portanto, a seguir temos uma breve caracterização deste contexto.

Território de Identidade Litoral Sul da Bahia

O estado da Bahia é composto por 27 Territórios de Identidade (TI), constituído a partir das características de cada região. A configuração dos TI aconteceu a partir de 2007, pela Secretaria de Cultura da Bahia (SecultBA)⁴, que utilizou de conceito da SEI-Superintendência de Estudos Econômicos, para o MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário, lastreados pelo conceito de Território, muito adequado à lógica cultural e “como um espaço caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o meio ambiente, a economia, a sociedade, a política, instituições, dentre outros (Soares, 2022, p. 24). Soares aponta também que “a divisão territorial tem como objetivo identificar prioridades temáticas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões” (2022, p. 25). Isto é, a divisão territorial está associada aos espaços e as relações sociais produzidas no mesmo. Neste sentido, Fernandes (2006, p.36) salienta que

Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais também são produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove os movimentos dos espaços sociais e dos territórios nos espaços geográficos. Nesses movimentos as propriedades dos espaços e dos territórios

⁴ Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br>. Acesso em 10 de jan.2024.

são manifestadas em ações, relações e expressões, materiais e imateriais.

Desta feita, dentro da divisão territorial da Bahia, insere-se o Território de Identidade da região Litoral Sul da Bahia (TLS), espaço da pesquisa, que é composto por vinte e seis municípios⁵.

Quadro 1- Municípios do Território de Identidade Litoral Sul-Bahia

Região Geográfica	População Total (2010)	População atual em 2022	Taxa média anual de crescimento (%) (2010-2022)
Bahia	14.016.906	14.136.417	6,90%
T. Identidade Litoral Sul	772.683	720.508	-5,3%
Almadina	6.357	5.218	-17,23%
Arataca	10.392	10.191	4,9%
Aurelino Leal	13.595	11.179	-18,5%
Barro Preto	6.453	5.583	-18,77%
Buerarema	18.605	14.804	-14,44%
Camacan	31.472	22.578	1,8%
Canavieiras	32.336	32.683	1,01%
Coaraci	20.964	17.351	-17,23%
Floresta Azul	10.660	11.055	1,04%
Ibicaraí	24.272	21.665	-10,74%
Ilhéus	184.236	178.703	-2,05%
Itabuna	204.667	186.708	-8,69%
Itacaré	24.318	27.725	15,66%
Itaju do Colônia	7.309	6.037	-18,15%
Itajuípe	21.081	18.781	-10,49%
Itapé	10.995	10.341	-4,98%
Itapitanga	10.207	10.279	0,28%
Jussari	6.474	5.888	-7,32%
Maraú	19.101	24.580	24,84%
Mascote	14.640	13.544	-6,99%

5 Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaítaba, Una, Uruçuca. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/01_divisao_territorial_2/05_litoral_sul. Acesso em 11 de jan. 2024.

Pau-Brasil	10.852	9.370	-15,03%
Santa Luzia	13.344	9.769	-0,05%
São José da Vitória	5.715	5.315	-11,77%
Ubaitaba	20.691	17.610	-14,97%
Uma	24.110	18.131	-21,47%
Uruçuca	19.837	21.420	1,32%

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/panorama>. Acesso em 18 de set. de 2023.

Os dados divulgados em 28 de junho do corrente ano pelo IBGE⁶, colhidos por meio do Censo Demográfico 2022, mostram que a Bahia ainda mantém a 4ª maior população do país, porém cresce abaixo da média nacional. No estado da Bahia, a população é de 14.136.417 habitantes, o que representa um aumento de 0,85% comparado ao Censo de 2010. De acordo com o quadro 1, o TLS decresceu ao longo dos anos 2010/2022 a uma taxa média anual de -5,3%. Houve declínio no número de habitantes em 18 (dezoito) dos 26 (vinte e seis) municípios do Litoral Sul. A situação foi mais drástica em Almadina (-17,23%), Aurelino Leal (-18,5%), Barro Preto (-18,77%), Buerarema (-14,44%), Coaraci (-17,23%), Itaju do Colônia (-18,15%), Itajuípe (-10,49%), Pau Brasil (-15,03%), São José da Vitória (-11,77%), Ubaitaba (-14,97%) e o município de Una (-21,47%). Esses índices podem influenciar de forma negativa no orçamento dos municípios, haja visto que estes recebem transferências de recursos da União por meio de um fundo que distribui os recursos a partir do número de habitantes. Estes dados são essenciais para o desenho e manutenção das políticas públicas.

Acerca dos indicadores educacionais no TLS, a Educação Básica na Bahia apresenta um quadro crítico e preocupante. Se considerados os índices socioeconômicos da região, o TLS encontra-se em uma situação ainda mais grave com acentuação da desigualdade educacional reforçada pela queda na proficiência após dois anos de pandemia da Covid-19. Entre as 26 redes públicas de educação da região existe uma grande variação, mas os índices municipais que superam as médias estaduais ainda são uma minoria. A média simples do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das 26 cidades é de 4,4, isto é, 0,5 abaixo da média estadual nos anos iniciais do ensino fundamental. Ainda nesta etapa de ensino, 21 municípios ficam abaixo da média estadual, que já é uma das mais baixas do País. Quanto ao número de escolas localizadas no campo nos municípios que compõem o TLS, dados levantados no site QEdú⁷, em 2022 foram

6 <https://www.ibge.gov.br>: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

7 <https://qedu.org.br>

localizadas 339 escolas em funcionamento e, nestas escolas um total de 130.409 alunos matriculados.

Aspectos Metodológicos

Quanto ao tipo de pesquisa, este estudo aglutina aspectos das categorias de “qualidade” e “quantidade”, já que “o trabalho científico, ao se aproximar do Método Materialista Histórico-Dialético (MHD), na busca da totalidade, coaduna essas duas categorias e, nessa perspectiva, englobam todas as suas propriedades e todo o seu conteúdo” (Matias, 2023, p. 24). Nesse sentido, para a análise do objeto de pesquisa, utilizamos o MHD. O método encontra em Marx seu assento teórico e se diferencia pela busca de um real concreto. “O materialismo histórico-dialético é um enfoque teórico que contribui para desvelar a realidade, pois busca apreender o real a partir de suas contradições e relações entre singularidade, particularidade e universalidade” (Santos; Nunes, 2020, p. 110). Nesse contexto, o MHD busca a realidade através do desvelamento da visão aparente do fenômeno (Kosik, 1976, p. 12), através de uma observação que vai da totalidade às partes e das partes, retoma à totalidade. Ainda segundo Kosik, “captar o fenômeno de cada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (Ibdem, p. 12). O MHD permite também que o pesquisador faça um confronto entre os diálogos e a realidade socioeconômica, política e cultural na qual os sujeitos estão inseridos, visto que estes sofrem forte influência de seu contexto na constituição de si e de sua visão de mundo.

Acerca dos instrumentos de coletas de dados necessários à totalidade deste estudo utilizamos a pesquisa bibliográfica, a análise documental, a entrevista semiestruturada e os registros feitos em visita in lócus com os participantes que aceitaram participar da pesquisa. Para Lüdke e André (1986, p. 38), “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Portanto, a técnica da análise documental reflete não apenas os objetivos propostos nas fontes analisadas, mas também a contextualização dos fatos ocorridos numa dada realidade.

Para Triviños (1987, p. 145),

a entrevista semiestruturada é um dos principais meios para o pesquisador realizar a coleta de dados, pois ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece todas

as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação

Por meio das entrevistas, será possível descobrir aspectos importantes sobre aquilo que está sendo efetivado e, portanto, muitas vezes, não constam nos documentos oficiais. Para além disso, as entrevistas poderão oferecer extensa fonte de informações.

Foram usadas como fonte de informações necessários à totalidade deste estudo: os documentos legais específicos sobre a Educação do Campo, a exemplo das Diretrizes operacionais, do decreto presidencial nº 7.352/2010, os Princípios da Educação do campo e os documentos oficiais disponibilizados pelas equipes de trabalhos das secretarias de educação dos municípios envolvidos na pesquisa: portarias, resoluções, instruções normativas e os Documentos Curriculares Referenciais Municipais por contemplarem a Educação do Campo.

Os dados coletados foram analisados de acordo com o MHD, o qual é capaz de abordar o objeto na sua totalidade e concretizar a sua transformação através da práxis, de acordo com a realidade. Sobre a perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético, é na investigação que o pesquisador recolhe “a matéria em suas múltiplas dimensões; o específico, o singular, a parte e seus liames imediatos ou mediatos com a totalidade mais ampla; as contradições e, em suma, as leis fundamentais que estruturam o fenômeno pesquisado” (Frigotto, 1991, p. 80). Assim posto, para fins de critérios de inclusão dos participantes da pesquisa foram aqueles que atuam diretamente na gestão, coordenação e docência das escolas do campo, estão envolvidos nas ações de construção do PPP das escolas campesinas e aceitaram participar da pesquisa.

Para seguir o padrão ético, de modo a manter o sigilo e preservar a integridade dos participantes, os nomes dos gestores, coordenadores e professores da educação do campo dos municípios pesquisados foram substituídos por pseudônimos, a fim de preservar como já mencionado a identidade das (os) participantes, respeitando as normas impostas de confidencialidade. Para nomear os colaboradores foram atribuídos os seguintes nomes fictícios: aos gestores escolares do campo: G1, G2, G3, G4 e G5; os coordenadores pedagógicos foram identificados assim: Cp1, Cp2, Cp3, Cp4 e Cp5; os 20 (vinte) professores estão nomeados de: P1, P2, P3, ..., P20.

No momento das entrevistas semiestruturadas explicamos para os participantes o objetivo do trabalho. Ante o exposto, os sujeitos da

investigação foram informados que teriam suas identidades mantidas em sigilo, mediante a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As informações oferecidas são garantidas pelo pesquisador total sigilo e todos os formulários das entrevistas que foram estudados ficarão sob proteção e sigilo do mesmo por três anos. Destacamos que não houve nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação no estudo.

Resultados da Pesquisa

Iniciamos nossas ações investigativas fazendo um mapeamento dos municípios do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia que possuem normativas que orientam o processo de elaboração do PPP e a situação desse documento nas escolas campesinas nos 26 municípios.

A construção do PPP de uma escola é condição fundamental para que a sua identidade possa se consolidar e ser construída de maneira democrática, coletiva, com discussões e debates, com o propósito de alcançar os objetivos traçados pela comunidade escolar. Nesse sentido, indagamos aos participantes: qual a realidade do PPP e o contexto das escolas do campo nos municípios do Território de Identidade Litoral Sul baiano? A situação dos PPP das escolas públicas do campo ou da cidade que atendem alunos do campo nos municípios do Território de Identidade, em destaque no lócus da presente investigação apresenta a seguinte configuração, conforme o quadro abaixo.

Quadro 2- Mapeamento dos municípios do TLS quanto ao processo de construção dos PPP das escolas do campo

Município	As escolas do campo têm coordenação pedagógica?	O município possui uma instrução normativa que orienta a elaboração dos PPP das escolas do campo?			Realizou o processo de construção dos PPP em 2022/2023?		Situação do processo de construção dos PPP das escolas do campo no município		
		Sim	Não	Autoria	Sim	Não	C ¹	EC ²	NC ³
Almadina	Sim	X		SME	X		X		
Arataca	Sim	X		SME	X		X		
Aurelino Leal	Sim	X		SME	X		X		
Barro Preto ⁴	Sim	X		SME	X		X		
Buerarema	Sim	X		SME		X	-	-	-

1 Construído

2 Em construção

3 Não Construído

4 Lócus da pesquisa

Camacan	Sim	X		SME				
Canavieiras	Sim	X		SME	X			X
Coaraci	Sim	X		SME	X		X	
Floresta Azul	Sim	X		SME	X		X	
Ibicarai	Sim	X		SME	X			X
Ilhéus	Sim	X		SME	X		X	
Itabuna ⁵	Sim	X		SME	X		X	
Itacaré	Sim	X		SME	X		X	
Itaju do Colônia	Sim	X		SME	X		X	
Itajuípe ⁶	Sim	X		SME	X		X	
Itapé	Sim	X		SME		X		
Itapitanga	Sim	X		SME	X		X	
Jussari ⁷	Sim	X		SME	X		X	
Maráú	Sim	X		SME	X			X
Mascote	Sim	X		SME	X			
Pau-Brasil	Sim	X		SME		X		
Santa Luzia	Sim	X		SME	X			
São José da Vitória ⁸	Sim	X		SME	X		X	
Ubaitaba	Sim	X		SME		X		
Una	Sim	X		SME	X		X	
Uruçuca	Sim	X		SME	X			X

Fonte: Elaborado pelos autores (2023) com base em pesquisa documental nos sites oficiais dos municípios.

O quadro 2 contextualiza os municípios do Território de Identidade Litoral Sul baiano que conseguiram avançar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico no período 2022-2023. No levantamento realizado nos sites oficiais dos municípios foi possível verificar que 100% deles possuem Lei Municipal que dispõe sobre a Organização do Sistema de Ensino e possuem Conselho Municipal de Educação em funcionamento. Das 26 cidades, 81% realizaram o processo de construção do PPP através das ações do Programa de Formação dos Professores do Campo- Formacampo em 2022, dando continuidade para o seu processo de consolidação em 2023. E, 4 municípios (19%) aderiram ao Programa de Formação para (Re) elaboração dos Projetos-Político-Pedagógicos nas Escolas dos municípios baianos realizados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

5 Lócus da pesquisa

6 Lócus da pesquisa

7 Lócus da pesquisa

8 Lócus da pesquisa

Verificamos ainda na busca realizada nos sites oficiais que as Secretarias Municipais de Educação publicaram portarias constituindo os Comitês Escolares e/ou as Diretrizes Orientadoras para elaboração ou revisão do PPP das escolas públicas do campo ou da cidade que acolhem alunos do campo pertencentes aos Sistemas Municipais de Ensino. Quanto à situação do processo de elaboração dos PPP das escolas do campo, 57% dos municípios já consolidaram a sua construção, 15% em fase de consolidação no segundo semestre do corrente ano.

Nossas análises revelaram que os PPP são conhecidos pelos principais atores envolvidos no processo de sua construção, estão fundamentados nos marcos normativos da Educação do Campo, dentre eles as Diretrizes Operacionais para as escolas do campo, o decreto presidencial nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo.

Quanto à organização metodológica para o processo de construção dos projetos político-pedagógicos para as escolas do campo, os municípios por meio das suas equipes gestoras e pedagógicas, estruturaram uma agenda de atividades formativas por etapas a serem realizadas no período de abril a dezembro de 2023. O resultado esperado, é que todas as escolas camponesas pudessem ter finalizado os PPP, e que estes tivessem sido apresentados e aprovados em audiências públicas para as suas respectivas comunidades escolares. Em diálogo com os gestores e coordenadores de três municípios, solicitamos que falassem sobre essa agenda, e os relatos foram:

1 – Neste ano o município fez a adesão ao FORMACAMPO. Esta formação nos ajudou muito porque as formações colaboraram no nosso planejamento, montamos um plano de ação para o estudo e elaboração do PPP. (G1 e C1).

2 – Olha, a gente se baseou muito nos cadernos temáticos do Formacampo. O do PPP mesmo nos mostrou como poderíamos iniciar o trabalho. A secretária de educação através da coordenadora dos PPP também nos ajudou muito. Foi um trabalho de parceria. (G2, C2).

3 – Estudando as leis específicas das escolas do campo e com as orientações das formações nas lives, aqui concentramos esforços para dar conta de todas as etapas, aí elaboramos o plano de ação. Os professores se envolveram, fizemos um movimento forte aqui no município. Graças a Deus que deu tudo certo. A comunidade participou. Ficamos felizes porque o sucesso é de todos. (G3 e C3).

Os três relatos sinalizam como se deram as etapas relativas ao processo de construção dos PPP das escolas camponesas nos municípios. Os relatos demonstram que os gestores e coordenadores foram comprometidos e envolvidos com a tecitura do PPP de suas respectivas escolas outros segmentos. Logo abaixo, compartilhamos uma síntese das ações relatadas pelos gestores e coordenadores pedagógicos acima.

Quadro 3 – Cronograma de elaboração dos PPP.

Plano de atividades para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos	Meses/2023									
	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Adesão ao Programa de Formação de Professores do Campo (FORMACAMPO).	■									
Elaboração da portaria constituindo a comissão coordenadora e o processo de elaboração dos PPP das escolas do campo.	■	■								
Apresentação da proposta de elaboração dos PPP e a mobilização dos segmentos/comunidades/Escolas.	■	■								
Momento formativo 1: concepção de PPP, bases legais e conceituais.	■	■	■							
Diálogo com o CME e a discussão sobre a minuta de Resolução sobre diretrizes orientadoras para elaboração e/ou revisão do Projeto Político-Pedagógico das escolas públicas do campo pertencentes aos Sistemas Municipais de Ensino.			■							
Momento formativo 2: Os elementos estruturantes do PPP para as escolas do campo.				■	■					
Momento formativo 3: Marcos situacional, conceitual e operacional do PPP						■	■	■		
Realização da audiência pública para avaliação final do PPP.								■		
Encaminhamento do PPP finalizado para apreciação, votação e formulação de parecer pelo CME.										■

Fonte: Elaborado a partir dos relatos dos participantes da pesquisa (2023)

O quadro 3 ilustra o ponto de partida e o ponto de chegada adotado pelos gestores e coordenadores pedagógicos no âmbito de cada município no movimento de construção do PPP numa perspectiva democrática, sob a orientação do Programa Formacampo. Ainda de acordo com a exposição do quadro, as etapas para o desenvolvimento do trabalho foram extremamente importantes para o direcionamento no processo de construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo ou da cidade, que acolhem os discentes camponeses.

Sabemos da importância do PPP para a gestão democrática da escola. Para Eça e Coelho (2021, p. 2),

A construção coletiva de um Projeto Político Pedagógico – PPP, é uma decisão política que nos coloca diante dos nossos próprios desafios e, ao mesmo tempo, nos lança adiante abrindo possibilidades até então, possivelmente, não perspectivadas. Tal tarefa se constitui como um exercício de expor-se e compor-se ao mundo, relacionando-se em movimentos de construções e reconstruções.

Os autores reforçam a importância do trabalho coletivo para o processo de elaboração e implantação do PPP, tornando-o um “documento vivo” na escola, inovador, emancipatório, orientador de sua prática pedagógica e que se torne um instrumento de participação efetiva dos membros integrantes da comunidade escolar e do entorno dela. Tornar a escola num ambiente democrático, no entanto, não é tarefa fácil. Democratizar o seu PPP, tirá-lo das gavetas, depende de alguns elementos para essa ação. De acordo com Libâneo (2005, p. 345), “O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação”. Nesse sentido, o PPP é um instrumento fundamental para a realização efetiva da educação como direito social inalienável, o que implica qualidade, igualdade, liberdade, autonomia, participação, diversidade e democracia.

O PPP deve ser elaborado na perspectiva da gestão democrática, isto é, “dentro de uma ação política mobilizadora, colaborativa em que contemple a missão, visão, valores da escola, o perfil dos alunos, dados sobre aprendizagem, relação com as famílias, recursos, diretrizes pedagógicas e o plano de ação da escola” (Eça; Coelho, 2021, p. 6). O trabalho coletivo contribui para o fortalecimento da comunidade escolar e local, pois descentraliza o poder possibilitando que seus atores possam tomar decisões e orientar as práticas educativas que contemple a realidade e o cotidiano dos sujeitos que vivem no campo, valorizando a sua identidade e cultura local.

No quadro abaixo estão disponibilizados os resultados obtidos de um questionário respondido voluntariamente por vinte professores sobre a percepção destes quanto ao processo de construção do PPP.

Quadro 3 - Percepção dos professores sobre o processo de construção do PPP.

Perguntas SIM (%)		Respostas aos questionamentos	
		NÃO (%)	
1	O município realizou estudos sobre o PPP este ano?	100	-
2	Você participou da construção do PPP da escola?	96	4
3	A comunidade escolar participou da construção do PPP?	74	26
4	Você utiliza o PPP na elaboração do seu planejamento?	85	15
5	Existe o conhecimento do PPP por parte da comunidade escolar?	82	18
6	Durante a construção do PPP houve leituras teóricas, sobre os marcos legais e conceituais da Educação do Campo?	100	-

Fonte: elaborado pelos autores a partir das respostas dos professores entrevistados.

Entende-se que a construção do PPP das escolas seja realizada a partir da ação coletiva envolvendo toda comunidade escolar. Desta feita, os dados do quadro 3 revelam que os municípios realizaram formações sobre Projeto Político-Pedagógico envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar no processo formativo e na construção do documento.

Sobre a utilização do PPP na elaboração do planejamento pedagógico, a totalidade de 85% (17) dos docentes apontou que o documento é utilizado nos seus planejamentos, considerando-o ser um instrumento que possibilita a autonomia da escola em relação às práticas e organização do trabalho pedagógico. Das respostas, 15% dos docentes disseram que às vezes utilizam o PPP. Estes educadores precisam compreender a importância desse documento, participe de sua construção e utilize-o durante o seu planejamento. Esse questionamento abrange o contato direto dos professores com o documento. O P1 relata que “o PPP é crucial para escolas do campo, pois orienta práticas educativas alinhadas às realidades locais, promovendo uma educação mais contextualizada e significativa para os estudantes do meio rural”.

A questão três do quadro aponta um dado importante: somente 74% da comunidade escolar se envolveu nas ações de construção do PPP. Nota-se nesse indicador, a necessidade de a equipe gestora das escolas desenvolver ações que articule a escola com a comunidade. Percebe-se também que a escola tem buscado inserir a comunidade escolar na implementação das ações que proporcionem a participação dos pais nos processos decisórios. De acordo com Arroyo (1980, p. 171), “À medida que a consciência se torna mais coletiva e a organização é maior, a pressão do trabalhador será para usar a escola não como fuga da classe, mas a serviço da classe, conquistando o direito ao saber, à ciência e à técnica.”

A participação da comunidade escolar na elaboração do PPP é uma ação estratégica importante por todos que defendem uma gestão democrática, pois esta concebe a escola como um espaço aberto ao diálogo no qual os diferentes segmentos (pais, alunos, professores, funcionários), envolvidos na ação educativa possuem vozes, ou seja, é o documento que precisa ser compreendido como instrumento fundamental capaz de elevar a autonomia da escola, como é garantido na LDB, nos artigos 12, incisos I e II, artigo 14 incisos I e II, e artigo 15, onde se possibilita aos estabelecimentos de ensino romper com a tradição centralizadora e patrimonialista de gestão, abrir caminhos para que a escola ouse na construção democrática de sua estrutura organizacional.

O resultado da questão seis é animador, pois 100% dos entrevistados confirmam que durante a construção do PPP houve leituras teóricas, sobre os marcos legais e conceituais da Educação do Campo. Esse indicador positivo, justifica o conhecimento dos docentes a respeito das ações formativas do Formacampo durante esses três anos contribuindo para a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo, conforme revela o depoimento de uma docente entrevistada:

O PPP é a trilha, que a escola deve caminhar né, traçar as suas ações administrativas e pedagógicas. É um documento construído a muitas mãos, com a participação nossa (referindo-se aos professores e a ela também), pais, alunos, funcionários, todo mundo. É nele que está todo o planejamento da escola. Esse ano nós participamos das formações e estudos para a elaboração do nosso PPP, a nossa coordenadora fez muitas reuniões para discussão e estudos sobre PPP, também assistimos as lives dos encontros sobre PPP do Formacampo (Professor 10).

Dessa forma, a construção do PPP torna-se mais democrático, participativo com o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar e local.

Considerações Finais

Diante do exposto, asseveramos que o PPP das escolas do campo é a expressão carregada de significados e está para além do ambiente escolar. Projeto, porque almeja a alteração da realidade por meio da construção coletiva de ações transformadoras. Político, porque traz na sua essência a construção de ações participativas, dialógicas e democráticas,

reduzindo as possibilidades de interpretações distorcidas de restringir o projeto a uma tarefa à qual somente especialistas podem elaborar. Pedagógico, porque constitui todo seu processo de ações educativas com potencial de construir conhecimentos significativos.

O eixo principal de um PPP pensado para as escolas do campo é a efetivação de uma escola democrática, construída de forma coletiva e participativa, envolvendo a comunidade escolar, local e os Movimentos Sociais para que possam construir coletivamente caminhos de fortalecimento e valorização da vida camponesa, pautados nos princípios e concepções pedagógicas próprias da Educação do Campo, conforme estabelecido no artigo 2º do Decreto nº 7.352/2010. No processo de construção do PPP da escola do campo é importante que o corpo docente tenha consciência da concepção de Educação do Campo enquanto projeto educativo que busca romper com a educação hegemônica que aliena e segrega a classe trabalhadora. Diante das estruturas capitalistas que presenciamos na sociedade nos dias atuais, faz-nos refletir que projeto político-pedagógico queremos: regulador ou emancipador? Um PPP, meramente burocrático, pronto, sem envolvimento coletivo ou um PPP construído de modo democrático, participativo e principalmente, com a identidade do povo camponês?

Finalizando, as experiências das escolas localizadas no campo do Território de Identidade Sul da Bahia vêm nos mostrando que o processo coletivo de construção do projeto político-pedagógico é possível. Entretanto, depende de todo um movimento, da luta, mobilização, participação coletiva, estudos e da presença das universidades baianas nos municípios, a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia promovendo formações, fomentando pesquisas por meio do programa Formacampo.

Referências

ARROYO, Miguel. **Operários e educadores se identificam**: que rumos tomará a educação brasileira? In: NOGUEIRA, P.H. de Q.; MIRANDA, S. A. de. Miguel González Arroyo: educador em diálogo com nosso tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução 01 de abril de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 26 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352**, de 04 de novembro de 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 01**, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos/Secretaria

- de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 04/2010. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. 2010c. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 26 setembro de 2013.
- BUSSMANN, A. C. O Projeto Político-Pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 28. ed. Campinas: Papirus, 2010.
- CALDART, Roseli Salete. **Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo**. Trabalho necessário ano 2 – número 2- 2004.
- CALDART, R. S. **Sobre Educação do Campo**. In: SANTOS, C. A. dos. (Org.). Por uma educação do campo: políticas públicas-Educação. Brasília: INCRA; MDA, 2008.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. saúde, Rio de Janeiro, v.7 nº1, p 35-64, mar/jun. 2009.
- EÇA, Antoniclebio Cavalcante; COELHO, Lívia Andrade. Planejamento e construção do projeto político pedagógico: algumas considerações. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional Por uma educação básica do campo: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.
- FRIGOTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, Ivani (org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 2008.
- GARCIA, Regina Leite. Projeto Político-Pedagógico – do resultado de um movimento da escola a uma imposição das secretarias de educação. In: LUCE, M. B. MEDEIROS, I. L. P. de (Org.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 2ª Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.
- LIBÂNEO, J. C. organização e gestão da escola: **Teoria e Prática**. Goiás: Alternativa, 1996.
- LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986. 99p.
- MATIAS, Geysa Novais Viana. O uso das tecnologias digitais nas escolas do campo do território de identidade do Sudoeste Baiano no período da pandemia da Covid- 19. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGED, Vitória da Conquista-BA, 2023.
- MARX, K; ENGELS, F. **Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SANTOS, Arlete Ramos dos; NUNES, Cláudio Pinto. **Reflexões sobre Políticas Públicas Educacionais para o Campo no contexto brasileiro**. Editora Edufba: Salvador – Bahia. 2020.
- SANTOS, Arlete Ramos dos. **Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO: educação do campo**. / Arlete Ramos dos Santos. - Vitória da Conquista, 2022.
- SOARES, Jamile de Souza. **Avanços e desafios da educação do campo com a implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR) no Território Sertão Produtivo-Bahia**, 2022. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, Vitória da Conquista, 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, I. P. A. Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A, RESENDE, L. M.G. (orgs.). **Escola**: Espaço do projeto político-pedagógico. 3. Ed. Campinas: Papyrus, 1998.

Submetido Março/2024
Publicado Abril/2024